



NOTICIAS INTERNACIONALES AL 09/08/19

GLOBAL	2
IPCC RECOMIENDA REDUCIR EL CONSUMO DE CARNES	2
BRASIL	4
PLAZA FIRME POR OFERTA AJUSTADA	4
ABIEC: EXPORTACIONES DE CARNES AUMENTARON UM 20 POR CIENTO	4
EGIPTO Y EMIRATOS ENTRE LOS PRINCIPALES DESTINOS.....	4
APROBACIÓN DE PLANTAS: MINISTRA DE AGRICULTURA POSPUSO SU VISITA A CHINA	5
INDONESIA VOLVERÍA A COMPRAR CARNES BOVINAS A FIN DE 2019.....	5
CNA LANZÓ EL COMITÉ EJECUTIVO PECUARIO PARA ANALIZAR LAS POLÍTICAS SECTORIALES	5
URUGUAY	6
CON ESCASA OFERTA, EL NOVILLO GORDO ALCANZA VALORES DE US\$ 4 A LA CARNE	6
ENDEUDAMIENTO DE LA INDUSTRIA FRIGORÍFICA RETROCEDIÓ EN JUNIO, TRAS PICO DE MAYO	6
PARAGUAY	6
PARAGUAY DEFENDERÁ DISTRIBUCIÓN IGUALITARIA DE LA CUOTA MERCOSUR	6
PARAGUAY: INGRESO POR EXPORTACIONES DE CARNE VACUNA CAE 7% EN LOS PRIMEROS SIETE MESES DEL AÑO	7
SE PUEDE TENER TODO EL RODEO TRAZADO EN 2022	7
UNION EUROPEA	7
BREXIT: PRODUCTORES IRLANDESES SOLICITAN EVALUAR LA SITUACIÓN.....	7
ALEMANIA DEBATE GRAVAR CARNE VACUNA POR BIENESTAR ANIMAL	8
GANADEROS IRLANDESES OBJETAN EL INGRESO DE CARNES BRASILEÑAS	8
BREXIT: PROVOCARÍA ESCASEZ DE ALIMENTOS EN EL REINO UNIDO	9
PAC: PROMUEVE UNA AGRICULTURA NO SUSTENTABLE	10
UE – EE.UU. FIRMARON ACUERDO POR CARNE CON HORMONAS - PREOCUPACIÓN DE GANADEROS.....	11
ESTADOS UNIDOS	11
EXPORTACIONES DE CARNES BOVINAS FIRMES EN JUNIO	11
SOBRAN LOS CUEROS: AUMENTA LA FAENA Y AMERICANOS REDUCEN SU USO.....	12
CHINA	14
SUDAFRICA REANUDA EXPORTACIONES DE CARNES BOVINAS A CHINA LUEGO DE LA PROHIBICIÓN POR AFTOSA	14
PREVIO AL FIN DE AÑO CHINO, DEMANDA Y PRECIOS DE LA CARNE “DEBERÍAN SUBIR”	14
CRECE EL NEGOCIO DEL CORRAL EN CHINA, CON MÁS DE 5 MILLONES DE CABEZAS DE GANADO ENCERRADO	14
AUSTRALIA	15
SEQUÍA PROVOCA LA LIQUIDACIÓN DE VIENTRES	15
CHINA: PRIMER DESTINO DE LAS EXPORTACIONES AUSTRALIANAS EN JULIO	16
EMPRESARIAS	16
URUGUAY: EL EMPRESARIO ROGELIO ÁLVAREZ ADQUIRIÓ LA PLANTA FRIGORÍFICA DE SIRIL SA.....	16
AFTOSA: BIOGENESIS BAGÓ INVERTIRÁ US\$ 10 MILLONES EN UNA PLANTA DE VACUNAS CONTRA LA AFTOSA ...	17
MARFRIG Y ADM LANZAN UNA HAMBURGUESA DE ORIGEN VEGETAL	17



GLOBAL

IPCC recomienda reducir el consumo de carnes

09/08/19 - por Equipe BeefPoint “A terra já está sob crescente pressão humana e a mudança do clima aumenta a pressão”. Com essa mensagem clara começa a nota à imprensa do IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, no lançamento do novo relatório sobre Clima e Terra.

Para manter o aquecimento global bem abaixo dos 2° C, como no compromisso do Acordo de Paris, é preciso incluir a redução nas emissões de gases-estufa na produção agrícola e na gestão da terra, segue o relatório. A meta “só pode ser conseguida reduzindo as emissões em todos os setores, incluindo o uso da terra e a produção de comida”, diz o comunicado do braço científico das Nações Unidas.

O resumo do relatório dirigido a formuladores de políticas públicas foi lançado nesta quinta-feira, em Genebra, depois de ter sido aprovado por delegados de 195 governos. Traz um resumo dos mais recentes estudos científicos sobre o tema produzidos por pesquisadores do mundo todo.

Uma das questões controversas nas discussões de aprovação do texto foi como tratar a mudança da dieta das populações. Países desenvolvidos defendiam que o relatório incluísse que o consumo de carne deva cair drasticamente em função das emissões de gás metano dos rebanhos. Metano é um dos mais nocivos gases do efeito estufa.

O ponto é sensível para países em desenvolvimento como o Brasil, grande produtor de carne global, e também para nações africanas e do sudoeste asiático, que sequer têm acesso a dietas de alta proteína.

Segundo reportou a agência Reuters, a conclusão do embate foi escolher uma linguagem mais cuidadosa no texto e exigir grandes mudanças na agricultura e nos hábitos alimentares para limitar o impacto do crescimento da população e a pressão sobre o solo e os recursos hídricos.

“Há certos tipos de dietas que têm pegada de carbono menor e colocam menos pressão sobre a terra”, disse à Reuters Jim Skea, professor do Imperial College de Londres. “Mas o IPCC não recomenda as dietas das pessoas”, disse aos jornalistas. Ele lembrou que o uso da terra pode ser tanto fonte quanto sumidouro de CO₂, o principal gás do aquecimento global.

A melhor gestão da terra ajuda a combater a crise climática, disse o IPCC, mas não é a única solução. “Cortar as emissões de todos os setores é essencial. A janela para fazer estas mudanças está se fechando rapidamente. Se houver mais atraso na redução das emissões, perderemos a oportunidade de administrar com sucesso a transição”, continuou.

É a primeira vez que o IPCC produz um relatório do gênero. “É a primeira vez que a maioria dos autores de um relatório do IPCC – 53% – é de países em desenvolvimento”, disse Hoesung Lee, o presidente do Painel.

O relatório conclui que os impactos climáticos sobre a terra já são severos. Lembra que as ondas de calor e secas tornaram-se mais frequentes e intensas em algumas regiões e que a segurança alimentar já foi prejudicada. O clima afeta o rendimento das colheitas.

O texto alerta que o aumento da temperatura tem como ameaça a crise alimentar, principalmente em regiões tropicais e subtropicais. Com 1,5° C de aquecimento, os incêndios florestais se tornam de alto risco.

O relatório sugere que a ampla transformação exigida da agricultura e do uso da terra, além de necessária para que se atinjam as metas do Acordo de Paris, também precisa estar encaminhada até 2040.

O climatologista Johan Rockström, diretor do instituto climático alemão de Potsdam, o PIK, disse que o relatório “confirma que estamos diante de uma emergência planetária, que a janela para tomar ações decisivas está se fechando rapidamente e que os custos da inação serão catastróficos.”

“Enquanto o relatório traça um quadro sombrio do que poderia acontecer, também aponta um caminho a seguir, incluindo oportunidades imediatas de ação”, afirma Rockström. “A ação da próxima década, que deve ser liderada pelos governos, irá determinar se podemos ou não emergir da emergência transformando nossa economia global com melhor equilíbrio entre nossa resposta climática, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento”.

O físico Paulo Artaxo, professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo e um dos autores do relatório, lembra que o aumento da temperatura não é homogêneo. Em áreas continentais, como no Brasil ou nos Estados Unidos, o aumento da temperatura que se verifica no período pós Revolução Industrial é maior que a média global.

“Há regiões em que já estamos próximos de aumento de 1,5° C, que é o que o IPCC recomenda como limite, até o fim do século, para evitar maiores danos”, diz Artaxo.

A produção de alimentos e o desmatamento produzem 23% das emissões de gases-estufa induzidas pelo homem, diz o IPCC.

Pelo relatório, o potencial global de redução de emissões da agropecuária é de 4 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente até 2030, se forem adotadas boas práticas e bom manejo de solo.



“A mensagem mais importante do relatório é que tanto a degradação ambiental quanto as mudanças climáticas estão atuando juntas”, disse ao Valor Humberto Barbosa, professor e coordenador do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites da Universidade Federal de Alagoas e coordenador do capítulo de degradação ambiental.

O relatório, que começou a ser produzido há dois anos, tem sete capítulos que contemplam desde o processo de desertificação à gestão de riscos.

Barbosa, que esteve em Genebra, lembrou a importância dos biocombustíveis para mitigar emissões, mas a dificuldade de sua produção em condições de estresse climático. “A cana-de-açúcar precisa de dez litros de água para gerar um litro de etanol. Nos cenários climáticos com temperaturas mais altas e chuvas diminuindo, haverá deficiência de nutrientes e a produtividade cairá”, continua.

“Teremos que ter uma agricultura mais sustentável e mais eficiente tecnologicamente. Teremos que produzir mais, sem ameaçar os ecossistemas”, segue Barbosa.

“Sem um uso sustentável da terra e produção agrícola sustentável, não se consegue enfrentar a crise climática”, diz Carlos Rittl, secretário-executivo do Observatório do Clima, rede de 40 organizações não-governamentais que trabalham com a questão climática.

“Mas se reduzirmos o desmatamento, restaurarmos florestas e tivermos práticas sustentáveis na produção de alimentos, isso será bom para a redução de emissões, a adaptação e resiliência às mudanças do clima e segurança alimentar”, continua.

“Nossa agricultura é muito eficiente e tecnológica em alguns setores e menos em outros”, diz Barbosa. “Nossa pecuária ainda não é eficiente. Ocupa muito espaço e degrada ecossistemas”, registra. O relatório do IPCC, contudo, não é prescritivo e não sugere políticas, lembra o professor.

“Conectando isso com o momento que estamos vivendo no Brasil, é preciso ver que estamos perdendo uma série de oportunidades”, segue Rittl.

“Estamos perdendo vantagens comparativas, pelo desmatamento e pela expansão da agropecuária em bases muito menos sustentáveis que a nossa capacidade, em especial a pecuária. O Brasil é um país-chave para os objetivos de longo prazo e corremos o risco de jogar tudo para baixo da esteira do trator por falta de visão estratégica e de senso de urgência em relação à dimensão da crise climática”, afirma.

“A preocupação, no Brasil, é que estamos em uma onda negacionista em vários sentidos. Em negar a mudança do clima [causada pelo homem], em dizer que não desmatamos. Ao fazer isso, viramos as costas para a crise e para as oportunidades. Corremos o risco de nos tornarmos um pária global”, diz Rittl. “Não só por emitir gases-estufa e destruir florestas, mas colocando por água abaixo a nossa reputação.”

Povos indígenas

Pela primeira vez um relatório do IPCC inclui e faz seguidas referências às contribuições dos povos indígenas e das comunidades locais para enfrentar a crise climática e se adaptar aos seus impactos. A referência ocorre sete vezes no sumário para formuladores de opinião.

“Baseado no conhecimento indígena e de comunidades locais, a mudança climática está afetando a segurança alimentar”, menciona o relatório, referindo-se a terras áridas da África e de regiões montanhosas na Ásia e América do Sul.

O fortalecimento dos direitos dos povos indígenas e de comunidades locais foi destacado para enfrentar a crise climática. “Práticas agrícolas que incluem indígenas e conhecimento local podem contribuir para superar desafios combinados da mudança climática, conservação da biodiversidade e no combate à desertificação e à degradação da terra”, diz o texto.

Líderes indígenas das Américas, África e Ásia escreveram uma declaração apoiando o reconhecimento dos governos do papel que os povos tradicionais desempenham no combate à mudança do clima. Pedem o reconhecimento de seus direitos e acabar com a criminalização dos povos indígenas.

A declaração representa lideranças indígenas e de comunidades em 42 países, abrangendo 1,6 bilhão de hectares de terra habitualmente usados ou administrados por eles e responsáveis por mais de 76% das florestas tropicais do mundo, segundo dizem no texto.

“Nossos conhecimentos tradicionais e administração sustentável das terras e florestas do mundo são fundamentais para reduzir as emissões globais para limitar o aumento da temperatura global a 1,5 graus até 2030”, diz a declaração. “Cuidamos de nossas terras e florestas – e da biodiversidade que elas contêm – há gerações. Com o apoio certo, podemos continuar a fazer isso por muitas outras gerações.”

“Gerenciamos pelo menos 22% (218 gigatoneladas) do carbono total encontrado em florestas tropicais e subtropicais (incluindo fontes acima e abaixo do solo). Pelo menos um terço desse carbono – e provavelmente muito mais – está em áreas onde não temos o reconhecimento formal de nossos direitos à terra”, diz a declaração.

“A falha em reconhecer legalmente nossos direitos deixa nossas florestas vulneráveis a projetos ambientalmente destrutivos que devastam as florestas e liberam grandes quantidades de carbono na atmosfera. Reconhecer legalmente nossos direitos à terra e apoiar nossas iniciativas é vital para o sucesso dos esforços globais para mitigar as mudanças climáticas”, diz a declaração.



BRASIL

Plaza firme por oferta ajustada

Sexta-feira, 9 de agosto de 2019 - Em meio à entressafra de boiadas, a dificuldade de encontrar a matéria-prima está valorizando o boi gordo em diversas praças.

Em Campo Grande-MS, as escalas mais curtas, com média de três dias, fizeram com que os frigoríficos aumentassem as ofertas de compra na última quinta-feira (8/8). Segundo levantamento da Scot Consultoria, a cotação do boi gordo ficou em R\$145,00/@, a prazo, livre de Funrural, valorização de 1,4% desde o início do mês.

Em Mato Grosso, a oferta restrita de animais também valorizou o boi gordo nas regiões norte e sudoeste. Ambas as praças tiveram alta de 0,7% nos preços desde o início da semana.

No Sul do Tocantins, o mercado também segue firme e, no fechamento de quinta-feira houve alta de 0,3% para o boi gordo na comparação dia a dia.

Em São Paulo, apesar de estabilidade nos preços, alguns frigoríficos, com escalas menores, ofertaram preços maiores que a referência. As programações de abate no estado giram em torno de seis dias.

ABIEC: exportaciones de carnes aumentaron um 20 por ciento

06/08/19 - por Equipe BeefPoint As exportações brasileiras de carne bovina in natura nos sete primeiros meses de 2019 tiveram avanço de 20,1% em relação a igual período de 2018, chegando a 982 mil toneladas, afirmou nesta terça-feira, 6, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), com base em dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia. As receitas subiram 11,6% no acumulado de janeiro a julho deste ano em comparação com igual período de 2018, para US\$ 3,73 bilhões.

No período, as vendas para a China cresceram 10,9% em volume, alcançando quase 175 mil toneladas.

No mês de julho, 155,65 mil toneladas foram embarcadas, e a receita foi de US\$ 615,15 milhões. Foi o melhor mês do ano até aqui, representando alta de 15,9% em volume e 19,1% em receita na comparação com junho deste ano.

De acordo com a assessoria de comunicação da Abiec, não foi feita a comparação de julho de 2019 com julho de 2018 porque uma mudança feita na metodologia da estatística causaria distorção nos dados.

“Os resultados são positivos e vão de encontro com as projeções de crescimento nas exportações brasileiras, feitas no início do ano”, afirma em o presidente da Abiec, Antônio Jorge Camardelli.

CEPEA: Exportação segue elevada e volume da parcial de 2019 é recorde

08/08/19 - por Equipe BeefPoint Conforme já esperado por agentes do setor, as exportações brasileiras de carne bovina in natura vêm se mantendo firmes neste ano. Em julho, os embarques da proteína estiveram acima das 100 mil toneladas pelo 13º mês consecutivo, se aproximando do resultado obtido entre maio de 2006 e junho de 2007, quando o País manteve as vendas superiores a esse patamar por 14 meses seguidos.

Diante disso, de janeiro a julho deste ano, a quantidade exportada pelo Brasil somou 807,78 mil toneladas, um recorde para o período, 21,5% acima do volume embarcado nos sete primeiros meses de 2018 e 1,47% superior ao exportado entre janeiro e julho de 2007 (agora, o segundo melhor ano), conforme dados da Secex.

Em julho, especificamente, o volume de carne bovina in natura exportado somou 129,09 mil toneladas, avanço de 15,76% frente a junho/19, mas pequena retração de 1,35% frente ao mesmo mês de 2018. Julho deste ano registrou, também, o melhor desempenho mensal desde novembro do ano passado, quando 130,6 mil toneladas foram exportadas (Secex).

Egipto y Emiratos entre los principales destinos

08/08/19 - por Equipe BeefPoint O Egito e os Emirados Árabes Unidos, os dois países árabes que estão na lista dos cinco maiores importadores de carne bovina produzida no Brasil, aumentaram as compras do produto nos sete primeiros meses deste ano, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) nesta semana. Os números incluem carne bovina in natura e processada.

O Egito foi o segundo maior importador da carne bovina brasileira, com 100,9 mil toneladas adquiridas de janeiro a julho, o que significou aumento de 17,5% sobre as 85,9 mil toneladas compradas no mesmo período de 2018. Já os Emirados Árabes Unidos fizeram importações quase quatro vezes maiores, de 12,4 mil toneladas nos sete primeiros meses do ano passado para 57,1 mil em iguais meses deste ano.

No geral, as exportações brasileiras de carne bovina cresceram 22% em volume no acumulado do ano até julho, com 990 mil toneladas embarcadas. A receita também avançou na comparação com o mesmo



período de 2018, em 12%, para US\$ 3,72 bilhões. A Abrafrigo lembra, no material divulgado, que o segundo semestre do ano costuma apresentar movimentações mais expressivas.

O maior comprador deste início de ano foi a China, com 377,9 mil toneladas, seguida do Egito e depois do Chile, com 62,8 mil toneladas. Os Emirados ocuparam a quarta colocação no ranking de importadores, seguidos por Irã e depois pela Rússia. Todos os seis principais destinos aumentaram as aquisições em volume. A Rússia foi destaque de crescimento, saindo de 1,9 mil toneladas para 37,5 mil toneladas.

No mês de julho individualmente as exportações brasileiras de carne bovina cresceram 1% sobre o mesmo mês de 2018 e ficaram em 161,3 mil toneladas. Em valores, as vendas recuaram 6% em igual comparação para US\$ 616 milhões.

Aprobación de plantas: Ministra de Agricultura pospuso su visita a CHINA

08/08/2019 A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, cancelou a viagem à China programada para 17 de agosto. O cancelamento se deve a “questões de agenda”. Nova data ainda não foi definida.

A expectativa do setor de carnes era de que a ministra ajudasse a abrir o mercado para novas plantas brasileiras – falava-se até mesmo em anúncio de habilitações durante a viagem.

“Haverá uma visita da ministra (da Agricultura, Tereza Cristina) à China e achamos que dessa visita pode sair a aprovação definitiva (de plantas)”, disse, em 26 de julho, o diretor de Finanças e Relações com Investidores da Minerva, Edison Ticle.

Segundo o Broadcast Agro do Estadão, não há novas informações sobre maiores avanços nas negociações com o país asiático desde as inspeções feitas por videoconferência em quatro plantas brasileiras, no mês passado.

Indonesia volvería a comprar carnes bovinas a fin de 2019

08/08/19 - por Equipe BeefPoint A Indonésia deve retomar a importação de carne bovina in natura do Brasil até o fim deste ano, estima o embaixador do país no Brasil, Edi Yusup. A reabertura do mercado foi discutida pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e o ministro da Agricultura da Indonésia, Amran Sulaiman, em maio, durante missão brasileira à Ásia.

A retomada das compras depende, segundo o diplomata indonésio disse ao Broadcast Agro (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estadão), de aspectos burocráticos, como a mudança da legislação sanitária em vigor no país. Hoje, a Indonésia só compra proteína animal de países livres de febre aftosa, enquanto o Brasil tem zonas livres da doença e não todo o território nacional.

“Estamos aguardando a mudança nessa normativa, que levará em conta zonas livre da doença e não países. Assim, poderemos comprar carne bovina brasileira oriunda dessa região”, disse Edi Yusup, que integra o grupo de representantes de dez embaixadas que percorre o oeste baiano a convite da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

De acordo com o diplomata, as visitas técnicas e inspeções foram concluídas em novembro do ano passado por uma equipe do governo indonésio. “Atestamos as zonas livres da doença e a adequação ao sistema halal.” Ele não forneceu números sobre compras, mas estimou que os volume deve ser crescente, a depender da aceitação do produto pelos consumidores locais. Edi Yusup considera também que, em breve, o país poderá voltar a exportar animais vivos para a Indonésia.

O embaixador considera ainda que os dois países podem estabelecer cooperação tecnológica. “A tecnologia agrícola no Brasil é muito avançada. Temos muito que aprender. Espero que possamos aprender com Brasil para melhorar nossa produtividade, especialmente na fruticultura e poder, futuramente, vender frutas específicas ao mercado brasileiro”. Segundo ele, a produção de frutas na Indonésia ainda emprega pouca tecnologia.

CNA lanzó el Comité Ejecutivo Pecuário para analizar las políticas sectoriales

09/08/19 - por Equipe BeefPoint

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) lançou na quarta-feira, em Brasília, o Comitê Executivo Pecuário, grupo formado para estreitar o relacionamento na cadeia produtiva e discutir estratégias para o desenvolvimento do setor. De acordo com nota da CNA divulgada nesta quinta-feira, 8., o comitê será formado por membros da própria confederação, além de federações estaduais de agricultura e pecuária e pecuaristas.

De acordo com o presidente da Comissão Nacional da Bovinocultura de Corte da CNA, Antonio Pitanguí de Salvo, o grupo deve levantar os principais pleitos da cadeia produtiva. “Precisamos estar juntos para enfrentar nossos concorrentes internacionais”, disse De Salvo.

O presidente da CNA, João Martins, lembrou do acordo recentemente firmado entre União Europeia e Mercosul, que criará “um novo parâmetro para a pecuária brasileira”. “As exigências vão se multiplicar algumas dezenas



URUGUAY

Con escasa oferta, el novillo gordo alcanza valores de US\$ 4 a la carne

08/08/2019 - El precio de la vaca varía de US\$ 3,75 a US\$ 3,85 en cuarta balanza.

En un periodo donde la oferta de ganado gordo disponible no es mucha y el contexto internacional genera buenas expectativas por la demanda de China e incertidumbre por la guerra comercial, el valor de la hacienda gorda en Uruguay ha marcado un pequeño descenso, pero se mantiene en referencias destacadas.

El director del escritorio Federico Rodríguez Negocios Rurales, Federico Rodríguez, aseguró a Rurales El País que actualmente “hay poco ganado bien terminado” y en las últimas semanas “los temporales climáticos han repercutido en el estado de los ganados”, lo que acentuó la escasez de animales prontos para faena.

Después de alcanzar precios de punta que llegaron a superar los US\$ 4,10 para los novillos en cuarta balanza, Rodríguez dijo que los últimos negocios posicionan al valor en los US\$ 3,95 a US\$ 4 a la carne. Mientras que la vaca varía entre US\$ 3,75 a US\$ 3,85 dependiendo del peso.

En el caso de la vaquillona gorda, la referencia se ubica en US\$ 3,90, aunque por un animal bien pesado y terminado de carcasa se llega a pagar hasta US\$ 4 en cuarta balanza.

Endeudamiento de la industria frigorífica retrocedió en junio, tras pico de mayo

08 de agosto de 2019 Endeudamiento de la industria frigorífica retrocedió en junio, tras pico de mayo

El endeudamiento de la industria frigorífica retrocedió en junio respecto a mayo con créditos vigentes y vencidos por US\$ 293,11 millones, de acuerdo a los datos desagregados del Banco Central del Uruguay (BCU).

Fue un monto 4% inferior al registrado en mayo de US\$ 304,9 millones, que había sido el más alto desde junio de 2014.

Pese a la caída mensual, en la comparación interanual los créditos totales treparon 19% en junio respecta a igual mes de 2018 con un volumen total de US\$ 246,26 millones.

Créditos vigentes y vencidos

Los créditos vigentes sumaron US\$ 290,30 millones en junio, por debajo de los US\$ 302,52 millones de mayo, aunque dio un salto de 18% respecto US\$ 246,18 millones de junio de 2018.

Los créditos vencidos son los que han registrado mayor incremento año sobre año. En junio mostraron un leve repunte respecto a mayo, con US\$ 2,81 millones (frente a US\$ 2,38 millones de mayo).

El crecimiento es muy marcado en la comparación interanual, teniendo en cuenta que en junio de 2018 se ubicaban en US\$ 0,08 millones.

De marzo a abril se registró una suba destacada, con créditos vencidos que pasaron de US\$ 0,15 millones a US\$ 1,96 millones.

PARAGUAY

Paraguay defenderá distribución igualitaria de la cuota Mercosur

07/08/2019 - El Presidente de la Asociación Rural del Paraguay confirmó que su país tiene la capacidad de cumplir con la demanda correspondiente.

La semana pasada se realizó en Buenos Aires la primera reunión del Foro Mercosur de la Carne donde se discutió cuál será la distribución de la cuota Mercosur de 99.000 toneladas peso carcasa que otorgó la Unión Europea.

El presidente de la Asociación Rural del Paraguay (ARP), Dr. Luis Villasanti, confirmó a ABC Color que una de las propuestas más manejadas fue el acuerdo firmado en 2004 donde a Paraguay le corresponde un 7% del total, mientras Brasil tomaría un 42,5%, Argentina un 29,5% y Uruguay el 21%.

Villasanti consideró que esa distribución se acordó en 2004, un momento en que el país “no tenía la capacidad de cumplir”, pero “el escenario es totalmente diferente en este momento. Paraguay tiene todas las condiciones para cumplir con el 25% de la cuota”.

En ese sentido, el representante de la Rural aseguró que “nos ratificamos en la propuesta presentada en la última reunión en Argentina (de los cuatro países del bloque por igual) y la defenderemos en setiembre en Uruguay, en la próxima reunión en la Expo Prado”.

Y agregó: “Vamos a exigir un trato igualitario. En la última reunión de directiva todos estuvimos de acuerdo en que defenderemos esta posición, ya que existe el Tratado de Asunción, cuyo espíritu pone a todos los socios del bloque en pie de igualdad”, dijo Villasanti.



Paraguay: ingreso por exportaciones de carne vacuna cae 7% en los primeros siete meses del año

08 de agosto de 2019 Paraguay: ingreso por exportaciones de carne vacuna cae 7% en los primeros siete meses del año

En los primeros siete meses del año los ingresos por exportaciones de carne vacuna de Paraguay bajaron 7,2% interanual. La caída en los precios y una leve merma en el volumen colocado fueron las causantes de este ajuste, según el informe mensual de comercio exterior del Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa).

Entre enero y julio de este año ingresaron a Paraguay US\$ 532,5 millones por exportaciones de carne vacuna, una caída de US\$ 42 millones (-7,2%) respecto a los US\$ 574,5 millones del mismo período del año pasado, consolidándose como el menor monto para ese período en los últimos siete años.

El comportamiento a la baja de los precios en lo que va del año tuvo sus efectos en el comercio exterior. Entre enero y julio de este año el precio promedio de exportación de la carne vacuna fue de US\$ 4.072 la tonelada, una retracción del 6% en comparación a los US\$ 4.329 del año pasado. Todos los mercados más importantes bajaron sus precios de compra de carne bovina paraguaya, de acuerdo a los datos de la institución.

En volumen, en los primeros siete meses del año se exportaron 130.870 toneladas, una merma de 1,3% en comparación a las 132.687 toneladas del mismo período del año pasado. Chile fue el principal mercado y tuvo una participación del 39%, seguido por Rusia con el 26%, Israel 12%, Brasil 6%, Taiwán 6%, Unión Europea 3%, Vietnam 3%.

Se puede tener todo el rodeo trazado en 2022

9 de agosto de 2019 - En un acto en el Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG) se presentó ayer el avance del soporte tecnológico, con el cual se busca llevar adelante el plan de trazabilidad del ganado bovino paraguayo. Este sistema permitirá seguir el proceso de evolución de la carne en cada una de sus etapas, o sea, desde el nacimiento del animal hasta la faena, con un chip dentro del animal.

"Paraguay tiene su sistema de trazabilidad y un 10% del hato ya está trazado, pero el objetivo es seguir avanzando, y si nosotros llegamos a hacer bien este trabajo para el año 2022 podríamos tener totalmente trazado el ganado nacional y con esto enviaríamos nuestra carne a cualquier parte del mundo, cumpliendo con todos los requisitos", señaló el presidente del Senacsa, Dr. José Carlos Martín. "La idea es que el consumidor de cualquier parte del mundo, cuando adquiera carne paraguaya, pueda saber si ese alimento estuvo en un establecimiento y cumplió todas las exigencias ambientales", explicó Lichi.

El presidente de la Asociación Rural del Paraguay (ARP), Dr. Luis Villasanti, dijo que "es algo fundamental para la ganadería nacional. Veo bien que Senacsa con el MAG se involucren en el tema, porque sin trazabilidad es imposible llegar a mercados más atractivos económicamente hablando. Nos comentaron que el costo de implementación en sus inicios rondaría los US\$ 15 millones. Los animales recibirían un chip que registrará todos los datos del mismo".

UNION EUROPEA

Brexit: Productores Irlandeses solicitan evaluar la situación

02 August 2019 - IFA President Joe Healy has described the appeal by the Minister for Agriculture, Michael Creed to the Agri-Food sector to make sure it is ready for Brexit as "bizarre".

He said, "Minister Creed's appeal to businesses in the Agri-Food sector, 'to make sure that they know exactly what they will need to do in a "No Deal" scenario, and make the necessary preparations now', does not inspire farmers' confidence at a time when we are facing a potential wipe-out.

"It's akin to the captain of a ship going to sea without any lifeboats for the passengers.

"Neither the Minister, Taoiseach, Tánaiste nor any member of cabinet has been able to provide us with concrete details as to how farmers' livelihoods will be safeguarded in the event of a crash-out Brexit. The Minister is saying nothing about his plans to protect Irish farmers, who are in the front line and the most exposed in Europe.

"IFA has set out clearly in our pre-Budget submission what is needed to prevent the sector from Armageddon. We are 90 days out from a potential no-deal Brexit, and the EU and the Government must commit to IFA's package of measures, and support Ireland's farmers.

"The recent collapse of Sterling has already hit cattle prices. We are down 40c/kg or over €150 per head on this time last year, when prices had already been decimated. If we don't have an EU support package in place and the UK crashes out in October, we are facing the potential wipe-out of beef production in this country."

Mr Healy called on Government to set out their plan for "No Deal", rather than attempting to shift the focus from its lack of clarity around what will happen if Boris Johnson follows through on his threat to leave the EU on 31 October, deal or no deal.



Alemania debate gravar carne vacuna por bienestar animal

07/08/2019 - Crearían fondo para mejorar producción cárnica y medio ambiente.

Alemania debate en torno a varias propuestas para elevar los impuestos a la carne y dedicar ese dinero a mejorar el bienestar en los predios o a la protección del medioambiente.

La chispa saltó con una columna de opinión del portavoz parlamentario de Los Verdes para política agraria, Friedrich Ostendorff, en el diario "Welt". "Estoy a favor de eliminar la reducción del impuesto sobre el valor agregado (IVA) para la carne y destinarlos a medidas a favor del bienestar animal", aseguró el veterano político.

La frase significaba que el gravamen sobre los productos cárnicos pasaba del actual 7 % al 19 %. El kilo de carne picada de ternera, esta semana a 4,99 euros en toda Alemania, pasaría instantáneamente a costar 5,55 euros. La bandeja de pechugas de pollo, ahora a 2,99 euros se incrementaría hasta los 3,32 euros. Las asociaciones para la conservación del medioambiente y los colectivos vegetarianos y veganos han aplaudido, con mayor o menor cautela, las distintas ideas.

Tras la propuesta inicial de Ostendorff, que han respaldado a título individual varios políticos de Los Verdes, el Partido Socialdemócrata (SPD) y la Unión Cristianodemócrata (CDU) de la canciller Angela Merkel, el gobierno alemán se limitó a destacar las dificultades prácticas de la medida y apuntar que hay otras fórmulas más efectivas para mejorar el bienestar de los animales para la producción cárnica.

El diputado socialdemócrata Rainer Spiering, valoró la eliminación del impuesto reducido para la carne el estado alemán y estimó que esto podría recaudar unos 5.000 millones de euros extra al año y financiar una mejora en las condiciones de las instalaciones agropecuarias intensivas. Thomas Schröder, presidente de la Federación Alemana para la Protección Animal, pidió establecer un "impuesto a la carne" de unos "pocos céntimos el kilo", equiparándolo al impuesto a las emisiones de CO2. [En base a EFE].

Ganaderos irlandeses objetan el ingreso de carnes brasileñas

01 August 2019 EU - IFA's National Council and Livestock Committee members yesterday held a protest at the EU Food & Veterinary Offices, in Grange, Co. Meath.

Speaking at the protest, IFA President Joe Healy said, "The crisis in the beef sector is an EU-wide problem driven by Brexit uncertainty and falling consumption. This is compounded by substandard imports coming into the EU. The situation is now intolerable for farmers and solutions must come from Brussels and the Irish Government."

Mr Healy said the first move by the EU must be to stop substandard imports, which are undermining the EU beef market.

"While farmers have rightly been outraged at the recent EU/Mercosur trade deal, which has yet to be ratified, the real scandal is that significant quantities of substandard beef from Brazil are already coming onto the EU market," he said.

"Beef is being produced in Brazil using substances and practices which are illegal in the EU. This is 'unfair competition' and it is damaging cattle prices and farm incomes, not only in Ireland but across the EU.

"In 2017, the EU Commission- Food and Veterinary Office (FVO), based here in Co. Meath, issued a report highlighting that the Brazilian competent authority was not able to guarantee that the relevant EU requirements are being met. The report states that previous 'written guarantees' given by the Brazilian authorities to the EU were 'not reliable'.

"In 2018 270,000 tonnes of substandard beef imports come into the EU market at an average rate of 22,500 per month and this has continued in 2019."

The IFA President said the facts are:

Brazilian cattle are not tagged or identified and there is no traceability.

Hormones, beta agonists and other growth promoters are widely available. These products are all illegal and banned in the EU.

Brazil is burning the equivalent size of one football pitch of rainforest every minute, to expand beef production.

Brazil has endemic Foot and Mouth disease, which is a constant risk.

Irish and European beef producers, who produce beef to the highest standards in the world are looking at their livelihoods being wiped out, not because a better product exists at a cheaper price, but because the EC is turning a blind eye to flagrant production violations in return for South American market access.

In addition to this request, the IFA also demanding that Commissioner Hogan make €1bn available immediately in the form of direct aid and market supports to address the beef crisis.

The urgent measures being sought by IFA are:

An immediate ban on all substandard South American beef imports;

A further fund to compensate farmers who supplied cattle post-12 May 2019 and are currently losing €4 million per week on beef prices;

€1 billion Brexit fund of market supports and direct aid for farmers;

An EU campaign to promote our environmentally sustainable EU beef production.



Angus Woods, IFA Livestock Chairman, said, "Commissioner Hogan has consistently said the Commission has the tools to address market disturbance. Brexit is already causing huge uncertainty and currency volatility. The Commission needs to bring forward the €1bn fund now, to provide strong market supports and direct aid for farmers."

BREXIT: provocaría escasez de alimentos en el REINO UNIDO

Reuters7 August 2019 LONDON (Reuters) - Britain will experience shortages of some fresh foods for weeks or even months if a disorderly no-deal Brexit leaves perishable produce rotting in lorries at ports, Britain's food and drink lobby warned on Wednesday.

Retailers such as Tesco <TSCO.L> have warned that leaving the European Union on Oct. 31 without a transition deal would be problematic as so much fresh produce is imported and warehouses are stocked full ahead of Christmas.

The industry - which employs 450,000 people in the United Kingdom - views Brexit as the biggest challenge since World War Two, dwarfing previous crises such as the horse meat scandal of 2013 and the mad cow disease outbreaks of the 1980s and 1990s.

"We're not going to starve but there will be shortages of fresh food and some specialist ingredients. It's going to be a little bit unpredictable," the Food and Drink Federation's Chief Operating Officer Tim Rycroft told Reuters.

"Given that food very often is perishable and has a short shelf life, we expect that there will be some selective shortages of food in the weeks and months following no-deal Brexit," Rycroft said. "There will be some shortages and price rises."

Part of the problem is that Brexit could change everything - or, possibly, nothing.

Ahead of the original Brexit deadline of March 29, supermarkets and retailers spent millions of pounds preparing for Brexit and working with suppliers to increase stocks of dried goods including pasta, bottled water and toilet paper.

After three years of Brexit discussion, it is still unclear on what terms the United Kingdom will leave the European Union with options ranging from a last-minute exit deal or delay to an acrimonious divorce that would knot the sinews of trade.

Prime Minister Boris Johnson has repeatedly warned the European Union that unless it agrees to do a fresh divorce deal then he will lead the country out of the bloc on Oct. 31 without a deal.

As winter approaches, the United Kingdom becomes more dependent on imported food so a Halloween no-deal Brexit is potentially more disruptive.

Britain imports around 60 percent of its food by the beginning of November - just the time that delays caused by a no-deal Brexit could be clogging up ports and motorways, Rycroft said.

Fresh fruit and vegetables, which have a short shelf-life of only a few days, cannot be stored for long so any checks at Calais could lead to significant disruption at Dover, Britain's biggest port.

Michael Gove, the British minister responsible for no-deal preparations, said he was confident that a resilient food supply system would ensure people would have "a wide range and the choices that they need" whatever happened.

"If we do leave without a deal on Oct. 31 there will inevitably be bumps in the road," Gove told BBC TV on a visit to Dover.

"I have been talking to people who manage this port, I've been talking to people who are responsible for freight that travels to Europe and I've been talking to those who manage other ports in order to make sure ... that people can receive in their supermarkets and shops everything that they need."

Rycroft said they estimated that the cost of preparing for a no-deal exit, including reserving warehouse space, using alternative distributors and losing orders in congested ports, would cost the industry up to 100 million pounds a week.

"A lot of money will be spent," Rycroft said, referring to how the industry prepared for two previous Brexit deadlines in March and April.

The UK food and drink industry accounts for 19% of the manufacturing sector by turnover and employs over 450,000 people in Britain across 7,000 businesses including Associated British Foods Plc <ABF.L>, Nestle <NESN.S> and PepsiCo <PEP.O>.

Some of the bigger companies have tested different ports to avoid the main route of Dover-Calais while pharmaceutical companies have reserved air freight capacity to fly in supplies if needed.

The trade body has urged the government to waive some competition rules to allow retailers and suppliers to be able to work together to provide the most effective coverage for the country in such a situation.

Rycroft said the industry had repeatedly asked the government to provide a guarantee that companies would not be fined for engaging in anti-competitive behaviour.

Brexit supporters say there may be short-term disruption from a no-deal exit but that the UK will thrive if cut free from what they cast as a doomed experiment in integration that has led to Europe falling behind China and the United States.



Rolls-Royce <RR.L> said on Tuesday it was ready to cope with the fallout from a disorderly Brexit after the aero-engine maker spent around 100 million pounds to increase inventory among other preparations.

PAC: promueve una agricultura no sustentable

06 August 2019 EU - The current reform proposals of the EU Commission on the Common Agricultural Policy (CAP) are unlikely to improve environmental protection, say researchers led by the German Centre for Integrative Biodiversity Research (iDiv), the Helmholtz Centre for Environmental Research (UFZ) and the University of Göttingen.

According to the study, published in the journal *Science*, while the EU has committed to greater sustainability, this is not reflected in the CAP reform proposal. The authors show how the ongoing reform process could still accommodate conclusive scientific findings and public demand to address environmental challenges including climate change.

Agricultural areas cover 174 million hectares, or 40 percent of the EU area (over 50 percent in Germany). Land use intensification, primarily by agriculture, is identified by the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES) as the number one cause of biodiversity loss, with risk to human wellbeing resulting from losses of biodiversity and ecosystem services.

The European Union, and thus also Germany, has committed in various international agreements to shift toward sustainable agriculture, the protection of biodiversity, and combatting climate change. With approx. 40 percent of the total budget, the European Union's Common Agricultural Policy (CAP) is one of the most important policy areas for implementing these international commitments.

"The proposal made by the European Commission for the CAP post-2020, published in June 2018, demonstrates very little of this intention," says a research team led by Dr Guy Pe'er (iDiv, UFZ) and Dr Sebastian Lakner (University of Göttingen).

The researchers analysed the proposal for the CAP post-2020 with a focus on three questions: Is the reform proposal compatible with the UN's Sustainable Development Goals (SDGs), does it reflect public debate on agriculture, and, does it offer a clear improvement compared to the current CAP?

The analysis was based on a comprehensive review of the literature with about 450 publications, addressing issues such as effectiveness, efficiency and relevance of the CAP. The scientists' conclusion: The proposed CAP represents a clear step backwards compared with the current one.

"Taking sustainability and the SDGs seriously requires a deep reflection on agricultural policy, its budgets and instruments, and developing good indicators for measuring success," says ecologist Dr Pe'er.

"Beyond words, we found little of that." According to the researchers, the CAP has the potential to support at least nine of the seventeen SDGs, but currently it only contributes to achieving two of them.

The researchers also criticize that the EU wants to maintain some of the CAP instruments that have been proven to be inefficient, harmful to the environment and socially unfair. One key example for an inefficient instrument are the Direct Payments under the so-called Pillar 1 of the CAP.

Around 40 billion euros (about 70 percent of the CAP budget) are paid to farmers on the basis of the cultivated area alone. This leads to unequal funding distribution: 1.8 percent of recipients get 32 percent of the money.

"These compensatory payments, provisionally introduced in 1992 as an interim solution, are lacking a sound scientific justification," says agricultural economist Sebastian Lakner of the University of Göttingen. According to the researchers' analysis, Direct Payments contribute very little both to environmental or social goals.

This criticism is not new, and was already reflected by the EU in 2010 with the so-called 'Greening' of Direct Payments - but the Greening attempt was watered down by political pressure during the last reform process and ended up largely ineffective, say the researchers.

The EU Commission proposes to maintain and even expand Direct Payments, but came up with a so-called new 'green architecture' in response to the widespread criticism. This includes an expansion of the Good Environmental Agricultural Criteria and new voluntary measures called 'eco-schemes' in Pillar 1.

In addition, the EU commission states that 40 percent of the CAP shall be labelled as 'climate-friendly'. But according to the researchers, this calculus remains questionable. And while agricultural greenhouse gas emissions are currently rising rather than declining, the Commission offers no suitable specific instruments to address climate change.

Pillar 2, called 'Rural Development Programme', offers much better tools to address biodiversity protection and climate change. While environmental instruments in Pillar 2 take merely one tenth of Pillar 1, the Commission suggests to considerably cut Pillar 2 by 28 percent in the coming years, risking both environment and rural societies, according to the researchers.

The researchers believe the key reason for the environmental shortfalls lies in an unbalanced reform process which allows powerful lobby organisations far-reaching opportunities to influence the reform and promote own interests, excluding important players from science and society.



"The EU obviously lacks the will to meet public demand for sustainable agriculture and to implement the global environmental and development goals it had a share in adopting," says Pe'er. "Lobby interests have clearly outweighed both ample evidence and public interests." According to an EU survey, 92 percent of the citizens and 64 percent of farmers say that the CAP should improve its performance with respect to environmental and climate protection.

The researchers see the termination of Direct Payments one key task for improving the CAP. In the short term, Pillar 2 should be strengthened, and measures that have been proven to be beneficial for biodiversity and sustainability should be supported in order to meet the SDGs.

Dr Pe'er and Mr Lakner see the newly-elected European Parliament as an opportunity to reshape the reform process in order to still meet public will and the EU's commitments to international obligations.

"There is sufficient scientific evidence on what works and what doesn't, especially with respect to the environment," says Dr Pe'er.

"It should be in the core interest of the EU Commission to use tax payers' money more efficiently to support societal objectives such as the maintenance of biodiversity or in general sustainable agriculture," adds Mr Lakner.

The scientists believe that a genuine reform process, which involves all relevant stakeholders and takes scientific findings seriously, can help rebuilding public support and acceptance of the CAP .

The final round of CAP negotiations between the European Commission, the European Council and the European Parliament is expected to start in autumn.

UE – EE.UU. firmaron acuerdo por carne con hormonas - Preocupación de ganaderos

05 August 2019 EU - On Saturday (3 August), the EU and the US, represented respectively by Stavros Lambrinidis, EU Ambassador to the United States and Jani Raappana, Deputy Head of Mission, for the Finnish Presidency of the Council of the EU, and Robert Lighthizer, US Trade Representative, signed in Washington DC an agreement reviewing the functioning of an existing quota to import hormone-free beef into the EU.

This is another deliverable of the cooperation fostered by the Joint Statement issued by Presidents Juncker and Trump in July 2018 establishing a positive EU-US bilateral trade agenda.

In 2009, the EU and the US concluded a Memorandum of Understanding (MoU), revised in 2014, which provides a solution to a longstanding dispute in the World Trade Organization (WTO) regarding the use of certain growth-promoting hormones in beef production.

Under the agreement, a 45,000 tonnes quota of non-hormone treated beef was open by the EU to qualifying suppliers, which included the United States.

The agreement signed is fully in line with WTO rules and establishes that that 35,000 tonnes of this quota will now be allocated to the US, phased over a 7-year period, with the remaining amount left available for all other exporters.

The overall volume of the quota opened in 2009 remains unchanged, just like the quality and safety of beef imported into the EU, which will remain in compliance with the high European standards.

The agreement was negotiated on a basis of a mandate from EU Member States and approved by them in the Council on 15 July 2019. The Council will now recommend the agreement to the European Parliament for formal approval, so that it can enter into force in the near future.

06 August 2019 - Austrian cattle farmers are concerned that the recently-announced beef deal between the European Union (EU) and the United States could impact their livelihoods, according to an industry interest group.

The deal announced on Friday means that the United States will be able to increase its beef exports to the EU, which will eventually reach up to 35,000 tons annually within seven years.

In response, Werner Habermann, head of Austrian industry representative group Arge Rind, warned of "cheap imports" and urged Austrian consumers to remain loyal by purchasing domestic meat.

ESTADOS UNIDOS

Exportaciones de carnes bovinas firmes en junio

August 5, 2019 Beef and pork exports were above year-ago levels in both volume and value in June. (FJ) A strengthening market in South Korea and Taiwan pushed June beef export value to the fourth-highest total on record. Meanwhile, June pork exports posted double-digit gains in both volume and value, according to data released by USDA and compiled by the U.S. Meat Export Federation (USMEF).

Beef and pork exports were above year-ago levels in both volume and value in June.

Beef



Beef exports were up 3% year-over-year in June to 118,677 mt. Export value totaled \$724.8 million. First-half 2019 beef exports were down 2% from a year ago in volume (648,765 mt) but held steady with last year's record value pace at \$4.03 billion.

Beef export value per head of fed slaughter averaged \$325.10 in June, up 4% from a year ago, while first-half export value averaged \$312.06 per head, down 2%.

June exports accounted for 15.4% of total U.S. beef production, up nearly a full percentage point from last year. For muscle cuts only, exports accounted for 12.7% of production — up from 12.3% last year and the highest ratio since July 2018. For the first half of the year, exports accounted for 14.2% of total production and 11.6% for muscle cuts — down from 14.6% and 11.9%, respectively, a year ago.

"It is very gratifying to see U.S. beef posting such remarkable gains in Korea and Taiwan, and the \$2 billion milestone could even be in play this year for Korea," USMEF President and CEO Dan Halstrom said. "Exports to Japan can definitely achieve a similar trajectory if the U.S. can get back on a level playing field with our competitors, so we are encouraged by the progress in the U.S.-Japan trade negotiations."

Sobran los cueros: aumenta la faena y americanos reducen su uso

By Lydia Mulvany, Denitsa Tsekova, and Bloomberg

August 9, 2019

U.S. consumers are eating more beef, more than they have in a decade. But a byproduct of this carnivorous hankering is piling up, unloved and unwanted. Shoppers who once coveted leather jackets and shoes are instead scooping up cheaper, synthetic alternatives, reflecting a growing ambivalence toward this former staple of American closets.

The glut of cowhides has caused prices to plummet, rendering many worthless. And just as the American love for meat has caught on around the globe, so too has the abandonment of leather, from clothing to car seats. Hides are even starting to go to landfills while the smaller leather processors are going out of business.

Just five years ago, prices soared after a drought shrank the U.S. herd to a six-decade low. Leather outpriced itself, forcing shoe and clothing designers to cut the material from their products. Combine that with the rise of athleisure, the growing popularity of vegan clothing, and industry focus on creating more sustainable fashions, and one can see why demand hasn't come back.

Cattle hides, an obligatory byproduct of beef and dairy consumption, will be around as long as Americans like cheeseburgers, steaks, and ice cream. And while cattle ranchers and dairy producers have been under pressure from declining milk demand and dairy alternatives, the rise of substitutes, including plant-based burgers, has yet to dent America's taste for the real thing.

With piles of 100-pound cowhides accumulating all over the country, unused and unsold, leather makers are warning of a looming commercial disaster. Hides have often accounted for 50% of the value of the animal's byproducts, and byproducts can be 10% of a steer's value or more. Hides from cows, which are lower quality than those of steers, have fallen to only about 5% of the value of all byproducts—worth less than tongues and cheek meat. It's not even 1% of the value of a live cow. "There are hides with no value," said Joe Brannan, manager of export sales at Twin City Hide, a processor based in South St. Paul, Minnesota. "We're throwing a natural product in the garbage."

Demand from high-end fashion

There's still plenty of demand for high-quality leather—the type used in pricey handbags or high-end sofas—but that's just one part of the industry. Most animals don't have perfect hides, and many are branded. Older animals that have weathered the elements on pastures for years have skin marred by imperfections.

Twin City Hide has had to stop taking lower-quality hides from smaller beef companies, since the cost of processing them is more than it can recoup. In the first five months of this year, the company saw a 27% drop in production, with 20% of its current inventory sitting in warehouses—worthless.

"There's no one bidding, no one trying to buy them," said Brannan, who has worked in the hide business since 1976.

According to Hidenet, a leather markets research firm, a hide from a branded cow went for as little as \$4 the week of July 15, down from as much as \$81 just five years ago. Vera Dordick, chief executive officer and publisher of Hidenet, added that it's not just the U.S. industry that's suffering.

"It's a worldwide crisis," Dordick said. "Some people used to say, 'We haven't buried any hides yet.' Now they can't say that."

Before the bottom fell out, imperfect hides could be turned into small leather goods, such as cheap handbags. A finishing treatment, like a print, a coat of polyurethane, or buffing the hide into suede, could smooth over rough spots, said Stephen Sothmann, president of the Washington-based U.S. Hide, Skin and Leather Association, an industry lobbying group.

Drawbacks of leather alternatives



But thanks in part to synthetic fabrics, that's no longer the case. So-called fast-fashion and athleisure—clothing which contains no leather at all—now dominate American retail. And for those who still favor the look of leather, imitations have gotten more sophisticated and can breathe like the real thing, said John Hochstein, vice president of hide and leather sales for National Beef Packing Co., one of the four major U.S. meatpackers.

Many synthetic leathers are made of petrochemicals, which raises an environmental dilemma for some consumers. So now, shoppers are flocking to eco-friendly faux-leathers made from fruit peels and recycled fabrics.

As long as it doesn't contain leather or other animal products, it can be described as vegan. Such clothing, accessories, and footwear saw a 54% increase at U.S. retail stores in the first half of 2019, according to Helen Palmer, director of materials at trend forecaster WGSN. Shoes saw the biggest gains, while the decline of leather footwear—which traditionally used about half of the world's cattle hides—has been especially pronounced.

"Clothing brands are trying to get in line with a more ecologically conscious, younger buyer," Palmer said. And there's some star power behind this latest trend: Meghan Markle has been spotted wearing Veja sneakers, which are made from recycled plastic and corn.

Vegan clothing aside, the choice between buying fossil fuel-based yoga pants or the skin of mammals raises another question: Which is worse for the environment?

Huantian Cao, a professor of fashion and apparel studies at the University of Delaware, said both have drawbacks. Petrochemical-based synthetics have the same sustainability problems as plastic, and they may even be worse. Every time you wash those stretchy pants, plastic microbeads and microfibers flow down the drain, into rivers and oceans.

Leather's environmental footprint

While leather is a natural material, it's derived from cattle farming. That industry generates methane emissions from cows and waste-filled runoff. Most U.S. hides, meanwhile, are exported to countries with less strict environmental regulations, where they're tanned with harsh chemicals including chromium sulphate.

Even worse, this process uses a lot of water, said Cao, who also runs a sustainable apparel initiative. There's ongoing research to try to find more environmentally friendly tanning methods, like using plant extracts and enzymes. But currently, he said, the chemical creates a better product.

Humans have been tanning hides to make leather since prehistoric times, using them for clothing and shelter. Byproducts of the cattle carcass such as bones, blood, and fat end up in soap, fertilizer, gelatin, medicines, and other products. But leather has always been the most prized byproduct.

National Beef's Hochstein called environmental concerns about leather production "a ridiculous mindset." The idea that turning hides into leather is bad for the environment "is so far from the truth, you have to laugh at it—but then you have to cry," he said. "It shows how far people are removed from the food supply chain, that they don't understand the value of raw materials."

"A leather shoe isn't going to end up in a million microbits in the ocean killing fish," said Sothmann, the industry lobbyist. "It's a natural material, and because we are dairy and meat consumers, we have an ethical need to produce these products as well."

The industry is going to have to promote itself if it wants demand to come back, he said. While most processors ship their hides overseas, the trade war started by U.S. President Donald Trump has hurt that export market as well. U.S. leather makers recently received money from the administration to help offset the negative effect of tariffs.

Buffeted by this maelstrom of changing tastes and environmental awareness, an industry older than the nation is increasingly at risk.

Lowell Carson, owner of the Double L Ranch in Altamont, N.Y., who's been working in the meatpacking industry for more than 30 years, said the leather business is in the worst shape he's ever seen. He used to get \$70 for his hides, he said. Now he's giving some away for free and soon may have to send them to landfills, where he already ships his lambskins.

On the other side of the country, in Boise, Idaho, Southwest Hide Co. said it hasn't made a profit in two years. As a result, the leather processor has been forced to cut production and hide purchases. The company handles millions of hides a year, sourced from small to medium-size beef processors. Margins were a few dollars apiece, so with the cutbacks, tens of millions of dollars are being lost.

"We have to tell our suppliers, 'Listen, we can't take this anymore,'" said Jay Jensen, the company's director of international sales. "That leaves them in a situation where they have to figure out what to do with them."



CHINA

SUDAFRICA reanuda exportaciones de carnes bovinas a CHINA luego de la prohibición por aftosa

01 August 2019 CHINA - South Africa has resumed beef exports to China after the latter lifted a ban that was imposed after an outbreak of Foot and Mouth Disease (FMD) in January.

The Chinese Ambassador to South Africa Lin Songtian said Tuesday in a press briefing that the Chinese government lifted the ban on July 23, making it possible for South Africa to resume beef export to China.

Early this year, there was an outbreak of FMD in the country and it lost the World Organization for Animal Health (OIE) status as the FMD free zone.

Lin said the Chinese government had sent experts to South Africa to check on the FMD situations. He also called on the OIE to speed up their assessment of the country so that other countries could also resume importing beef from South Africa.

Previo al fin de año chino, demanda y precios de la carne “deberían subir”

06/08/2019 - El director de Agromeals, Juan Lema, aseguró que China “está demandado mucha carne” y Uruguay “no tiene problemas de colocación”.

El efecto de la gripe porcina africana que obligó sacrificar un número destacado de cerdos en China, provocó importantes controles en los puertos de Hong Kong y Vietnam (canal gris) para el ingreso de carne vacuna y un aumento significativo de entrada de proteína roja por los puertos chinos, además de un mayor consumo.

El director de Agromeals, Juan Lema, aseguró a Rurales El País que el grande asiático “está demandado mucha carne” y estima que previo al año nuevo chino “vuelva a subir la demanda y los precios se ajusten al alza”. Y agregó: “Uruguay no tiene problemas de colocación, veo muy bien al mercado internacional”.

Lema contó que en los primeros seis meses del año todos los países del Mercosur, a excepción de Paraguay, aumentaron las exportaciones de carne vacuna: Argentina un 45%, Brasil un 27% y Uruguay un 8%. “No hay dudas que la demanda global de China ha crecido”, resaltó.

Argentina ha sido quien “supo aprovechar mejor” la demanda de China y “ha mostrado el movimiento más fuerte”. Lema dijo que más del 75% del total de las exportaciones de Argentina se destina a China.

De todos modos y teniendo en cuenta la diferencia del valor de la hacienda en Argentina y Brasil con respecto a Uruguay, el broker de carnes dijo que “no hay variaciones” entre los precios propuestos por los países. “Argentina ha mantenido los precios, por su puesto que bajaron algunos cortes, pero nada significativo. Hoy se está aprovechando de la realidad de China”, señaló.

Por último, Lema se refirió a la devaluación que experimentó la moneda china frente al dólar americano, el valor más alto de los últimos diez años. Dijo que, al momento, “no ha tenido impacto en los negocios”, pero los chinos “lo utilizan como un argumento a la hora de negociar”. Sin embargo, considera que “no hay nerviosismo, ni tampoco baja en la demanda o los precios”.

Crece el negocio del corral en China, con más de 5 millones de cabezas de ganado encerrado

08 de agosto de 2019 Crece el negocio del corral en China, con más de 5 millones de cabezas de ganado encerrado

El China hay más de 5 millones de cabezas de ganado en feedlot, una cifra superior a todo ganado que se encierra en Brasil. Y los corrales de engorde crecen a pasos agigantados, señaló desde ese país Álvaro Ferrés, presidente de la Asociación Uruguaya de Productores de Carne Intensiva Natural, en los primeros días de una gira técnica que está llevando adelante Aupcin con productores asociados.

“Ellos están viendo una oportunidad de crecer en la producción, por su propia demanda y por los propios valores. El precio que vale el ganado es de 20 yuanes el kilo vivo hasta ayer (por el lunes) eso era US\$ 3, ahora con la devaluación es un poco menos”, dijo al programa Tiempo de Cambio de radio Rural. Considerando el precio del maíz y el precio del ganado ganado “obviamente que hay una oportunidad de intensificar la producción”, apuntó.

Ferrés destacó que en el mercado chino hay una diferenciación en precio, en demanda y en consumo entre carne de feedlot y carne de pastura. “Fuimos a una planta que procesaban carne y a la carne de pastura la saborizaban y a la carne de feedlot lo dejaban tal cual (...) El precio de la carne de pastura es más barata que la carne proveniente de grano”, contó.

Peste porcina. “Internamente hay mucho desconocimiento por parte de la población. No tanto por quienes están relacionados a los sistemas de producción. Y afecta el consumo”. Un punto clave es cómo están intentando suplir esa carne, las estrategias y cómo está incidiendo en el comercio mundial de carne.

Ferrés destacó que su consumo per cápita de carne vacuna ronda los 5 kilos, unos 7 millones de toneladas en el país por año. Faenan alrededor de 700 millones de cerdos por año. Un cerdo se destina para dos personas. Si un cerdo pesa 100 kilos, son 50 kilos por persona. “Fijate lo que podría ser para Uruguay y para el mundo. Ellos están viendo que esa carne de cerdo que no van a poder producir tienen



que suplirla con otra fuente de proteína. Están pensando primero en el pollo, después en la carne vacuna y después en la carne ovina”, sostuvo.

Interés de inversión en Uruguay. En los primeros días de la gira visitaron dos empresas que mostraron interés en cómo adquirir ganado de Uruguay, faenarlo en Uruguay y llevarlo para China, contó.

En esta gira técnica, que realizan cada dos años en destinos que pueden ser de interés para el sector, visitarán varias plantas de procesamiento para animales, plantas frigoríficas, plantas que preparan carne para venta por internet, plantas de equipamiento para la producción de alimentos, corrales de engorde y sistemas de cría y recría a campo.

“Ellos ven un potencial de hacer cosas en Uruguay en el entendido que va a faltarles carne, ya que los ciclos biológicos de la carne vacuna son lentos y por más de que ellos intensifiquen su producción no van a poder intensificar tan rápido para la demanda que van a tener”, remarcó.

AUSTRALIA

Sequía provoca la liquidación de vientres

08 August 2019

Key points:

- Adult cattle slaughter levels revised up to 8.1 million head

- Female slaughter reaches 58% of total adult cattle slaughter

- Robust export demand supporting finished cattle prices

Female cattle turnoff has reached record levels as severe water shortages across many key beef production regions have accelerated the pace of drought-induced destocking, according to Meat & Livestock Australia's (MLA) Cattle Industry Projections August Update.

Cow and heifer slaughter reached 58% of total adult cattle slaughter for three consecutive months from March to May, as many beef producers continue to destock or manage significantly depleted breeding herds.

MLA Senior Market Analyst, Adam Cheetham, said total Australian adult cattle slaughter for 2019 is now forecast to increase 3% year-on-year to 8.1 million head.

“Elevated female slaughter and poor conditions have combined to drive average carcass weights lower so far this year to 282.5kg/head,” Mr Cheetham said.

“Despite national slaughter being revised higher, the lower carcass weights have underpinned unchanged production levels at an estimated 2.3 million tonnes carcass weight (cwt), 2% below the five-year average.

“The lot feeding sector continues to support national beef production and has been a critical link in the supply chain during the prolonged dry period. The number of cattle on feed reached a new record in the March 2019 quarter and has remained above the 1.1 million head mark for the fourth consecutive quarter.

“This number is expected to remain high, given the challenges of finishing cattle on limited pasture reserves.”

Mr Cheetham said the national herd is estimated to have declined 7.3%, to 26 million head for the year ending June 2019, while estimated branding rates have also fallen, reducing the number of calves on the ground this season.

“On the upside, prices for finished cattle have improved this year and are likely to find continued support given an expected tightening of supply during the remainder of the year,” Mr Cheetham said.

“This year has seen the largest premium between the heavy steer indicator and the Eastern Young Cattle Indicator (EYCI) in the last decade.

“Young cattle prices have been reasonably subdued and, until seasonal conditions allow restockers to re-enter the market with confidence, the store market is unlikely to see any significant price corrections. However, if a solid break in conditions were to materialise, there is the potential for young cattle and productive female prices to experience significant increases.”

Mr Cheetham said demand for Australian beef has remained robust this year, supported by a depreciating Australian dollar and rising demand from China.

“In the first half of the year, Australia's total beef exports increased 6% and grainfed shipments reached record levels. However, coming up against some supply constraints in the second half of the year, 2019 exports are expected to finish the year steady at 1.13 million tonnes shipped weight (swt),” Mr Cheetham said.

“Dry conditions have also supported cattle exports, with total shipments up 19% in the first half of 2019. Cattle shipments are forecast to finish 2019 at 1.15 million head, up 6% year-on-year.

“Beyond the weather, factors such as exchange rates, production in the United States and cattle price movements, trade developments and demand from China will remain important price drivers for Australian beef.”



CHINA: primer destino de las exportaciones australianas en julio

08 August 2019 - July was a huge month for Australian beef exports, with China topping the charts for the first time ever and edging past Japan by 700 tonnes. The rise of China has been rapid; back in July 2017, it accounted for 9.5% of all Australian beef exports - last month it was 24.5%.

On the whole, July was a sizeable month for Australian beef, with a whopping 115,000 tonnes of beef exported. This was Australia's biggest month since July 2015 and is representative of strong export demand, a weak Australian dollar and high levels of slaughter across the country.

Australian beef exports (year-to-July)

Japan: 169,000 tonnes, down 9% on 2018

US: 147,000 tonnes, up 7% on 2018

China: 146,000 tonnes, up 65% on 2018

South Korea: 96,000, up 5% on 2018

Indonesia: 33,000 tonnes, down 9% on 2018

For the calendar year-to-June, beef exports have totalled 684,000 tonnes swt, an increase of 7% on last year. With producers destocking higher levels than normal, much of this growth can be attributed to elevated availability of product. If a break in the weather occurs, expect this growth level off as producers look to restock.

The rise of China

While Japan and the US have traditionally been the most prominent destinations for Australian beef, in July China was the top market on a volume basis, reaching 28,200 tonnes swt. On the back of huge volumes over the past twelve month, shipments to China were up 96% on year-on-year in July, almost 700 tonnes (2.4%) higher than Japan.

Global export demand is primarily being generated from China, with June marking a new record for the most beef imported in a month by a single country, at 133,700 tonnes swt (import data for July not yet available). China is seeking alternative meat proteins to fill the space left by the ongoing African Swine Fever (ASF) epidemic and resulting nationwide pork shortages. However, increasing middle-class household incomes and shifting taste preferences are underpinning demand for higher quality meat, such as Australian beef.

Tightening regulations from Chinese government officials has resulted in less meat coming in from grey channels (such as Vietnam and Hong Kong), particularly Indian buffalo meat. As a result, Chinese buyers are actively pursuing key world exporters for direct supply. Argentina has emerged as a leading supplier of beef to China, as the devaluation of the Peso and loosening of export controls have made their product increasingly competitive, while a temporary self-imposed ban on Brazilian beef to China in June (discussed here last week) proved just a minor speed bump.

Top suppliers of beef to China (Year-to-June)

Argentina: 151,000 tonnes, up 126% on 2018

Brazil: 149,000 tonnes, up 12% on 2018

Uruguay: 142,000 tonnes, up 30% on 2018

Australia: 126,000 tonnes, up 62% on 2018

New Zealand: 102,000 tonnes, up 85% on 2018

EMPRESARIAS

URUGUAY: El empresario Rogelio Álvarez adquirió la planta frigorífica de Siril SA

05/08/2019 - La operación no incluye la fábrica de chacinados.

El empresario uruguayo, Rogelio Álvarez, adquirió el porcentaje mayoritario del paquete accionario de Sirsil SA (Frigorífico Sarubbi), que pertenecían a Christian Sarubbi. La operación fue confirmada por Martín Olaverri, periodista de Valor Agregado, en su cuenta de twitter en la mañana del sábado.

Según se informó, la operación incluye la planta frigorífica pero deja de lado la de chacinados, que conforma otra empresa.

El comprador, Rogelio Álvarez, es empresario uruguayo, dedicado a la producción agropecuaria desde 1995, cuenta con un campo en Durazno, en la zona de San Jorge, donde realiza ganadería en un sistema de ciclo completo, y otro en Rocha, donde explota la ganadería y la agricultura. Además posee concesionarias de Nissan y Volkswagen en varios puntos del país y tiene estaciones de servicio.

De acuerdo a datos estadísticos de Tardáguila Agromercados, en lo que va del año Sirsil SA faenó 41.641 vacunos, un 3,11% del total procesado en plantas habilitadas en el país. Hasta el momento realizó exportaciones por US\$ 34,5 millones. Como toda la industria cárnica, China es su principal mercado con US\$ 25,4 millones (74% del total).



Aftosa: Biogenesis Bagó invertirá US\$ 10 millones en una planta de vacunas contra la aftosa

07/08/19 - por Equipe BeefPoint A Biogénesis Bagó invertirá US\$ 10 milhões na unidade de produção de vacinas contra a febre aftosa de Garín, na província de Buenos Aires, na Argentina. Em nota, a empresa diz que o investimento tem como objetivo atualizar o sistema de qualidade e adequar os níveis de biossegurança aos novos regulamentos estabelecidos pelo Senasa (Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria) da Argentina e as exigências dos países nos quais a empresa projeta seu maior crescimento.

“Decidimos investir na Argentina para gerar mais conhecimento e produzir aqui uma vacina de alta qualidade em nível global, atendendo às demandas específicas de cada mercado que vamos incorporar. Todo esse processo de atualização da planta permitirá consolidar a capacidade, a segurança e a qualidade da resposta em nível local e será a base do crescimento da empresa em sua estratégia de expansão global”, afirma na nota Rodolfo Bellinzoni, diretor de Operações Industriais e Inovação da Biogénesis Bagó.

Conforme a empresa, a planta de Garín tem uma capacidade produtiva de 300 milhões de doses de vacinas anti aftosa por ano. É essa planta que abastece os mercados da América Latina.

Marfrig y ADM lanzan una hamburguesa de origen vegetal

06/08/19 - por Equipe BeefPoint

De olho na crescente demanda por hambúrguer vegetal, a brasileira Marfrig Global Foods e a americana Archer Daniels Midland (ADM), uma das principais tradings agrícolas do mundo, anunciam hoje uma parceria para desenvolver o produto no Brasil. O valor do investimento das duas companhias não foi divulgado.

A ADM será responsável pelo fornecimento da matéria-prima do hambúrguer, que será produzido na fábrica da Marfrig em Várzea Grande (MT). A ideia é que o produto emule o sabor e a textura da carne, afirmou o CEO da Marfrig, Eduardo Miron, em comunicado. “Queremos dar ao consumidor o poder da escolha. É ele quem decide”, disse o executivo.

Os parceiros querem lançar o produto ainda neste ano. Para tanto, a Marfrig terá uma marca própria voltada aos produtos vegetais, que no primeiro momento serão comercializados no food service (alimentação fora do lar).

As empresas não anunciaram qual será a principal matéria-prima vegetal. No mercado, a ervilha despontou como uma das principais alternativas para esse tipo de hambúrguer e faz parte da composição do produto desenvolvido pela americana Beyond Meat, empresa que vem fazendo sucesso nos Estados Unidos junto aos investidores e aos consumidores.

No Brasil, o hambúrguer que simula o sabor e a textura da carne ainda está no início. A Fazenda Futuro, do empresário Marcos Leta, é um dos grupos mais avançados. A empresa comercializada no Grupo Pão de Açúcar (GPA) e em hamburguerias em algumas das principais capitais do país. Recentemente, a empresa de Leta foi avaliada em US\$ 100 milhões. Assim como a Beyond Meat, a Fazenda Futuro utiliza ervilha como um ingrediente.

Dona da marca Seara, a JBS também lançou recentemente um hambúrguer vegetal, feito a partir de soja e beterraba, entre outros. O produto começou a chegar às gôndolas de alguns supermercados de São Paulo e do Rio de Janeiro no mês passado.

Em comum, os projetos buscam atingir um consumidor preocupado com o meio ambiente e o bem estar animal. Do ponto de vista nutricional, no entanto, sugeriram preocupações devido ao teor de sódio desses produtos.

Las hamburguesas vegetales desembarcan en el Mercosur

07 de agosto de 2019

La decisión de Marfrig y ADM de establecer una alianza para la producción de hamburguesas vegetales muestra que para ese mercado la irrupción de los productos vegetales llega para quedarse. El tremendo éxito de Beyond Meats en la bolsa, el afianzamiento de Impossible Foods muestra que hay demanda por un producto que se parezca lo más posible a la carne pero sea vegetal. En parte por la aversión al maltrato animal pero principalmente por las preocupaciones vinculadas al cambio climático, la tendencia seguirá y puede ser significativo en la demanda en la segunda mitad de la próxima década.

Marfrig y ADM se lanzan a este mercado. Una alianza de gigantes que muestra que hay un cambio de época en el consumo de proteínas. A continuación el comunicado de Marfrig al respecto.

Marfrig Global Foods, una de las compañías líderes globales en carne vacuna y mayor productora de hamburguesas del mundo, anunció hoy un acuerdo con la estadounidense Archer Daniels Midland Company (ADM), una de las mayores procesadoras agrícolas y proveedoras de ingredientes alimenticios del mundo, para producir y comercializar productos a base de proteína vegetal en Brasil.

La negociación firmada entre Marfrig y ADM establece que las empresas trabajarán en conjunto para desarrollar productos con base vegetal y que ADM será responsable del suministro de la principal materia



prima usada en el proceso. Marfrig, a su vez, producirá, distribuirá y venderá los productos al food service y a minoristas. “Juntas, Marfrig y ADM producirán una hamburguesa 100% vegetal con sabor y textura similares a los de la carne. Queremos darle al consumidor el poder de la elección. Es él quien decide”, dice Eduardo Miron, CEO de Marfrig Global Foods. “La hamburguesa vegetal llega para complementar la cartera de productos de Marfrig y atender a todos los canales de mercado en los que actuamos”.

“Ofrecemos una estructura avanzada de I+D, ingredientes naturales y soluciones tecnológicas, inclusive con la ventaja de la fabricación local, para anticipar tendencias de la industria y satisfacer de forma personalizada las necesidades de nuestros clientes. Somos el aliado ideal para apoyar e incentivar el desarrollo sostenible de la industria de alimentos, especialidades y nutrición sana”, afirma Roberto Ciciliano, presidente de ADM Nutrition en Latinoamérica. Complementa: “el acuerdo con Marfrig refuerza ese propósito”.

La producción de hamburguesas vegetales en Brasil se iniciará en la unidad de Marfrig en Várzea Grande, Mato Grosso. Parte de la base vegetal saldrá directamente de la fábrica de ADM en Campo Grande a la planta de Marfrig.

Las primeras hamburguesas vegetales producidas por la alianza entre Marfrig y ADM llegarán al mercado en Brasil este mismo año y, posteriormente, también se destinarán a la exportación. En la primera fase del lanzamiento, los productos serán suministrados al canal de food service. Después, las hamburguesas vegetales empezarán a ser distribuidas al canal minorista. Marfrig lanzará una marca específica para productos de origen vegetal.